



Estado de Sergipe quer receber R\$ 331 milhões da União

O estado de Sergipe ingressou com uma ação no Supremo Tribunal Federal requerendo o repasse de R\$ 331 milhões, relativo ao Fundo de Participação dos Estados (FPE).

O fundo é formado por 20% das receitas provenientes do recolhimento da Cofins e da CSLL — contribuição que têm por finalidade financiar a seguridade social.

No entendimento do estado de Sergipe, o percentual foi desvinculado da função original, por força de emendas constitucionais e passou a ser caracterizado como imposto de renda. “Os 20% que foram desvinculados da CSLL e da Cofins constituem-se em imposto de renda, já que passaram a ser tributos não vinculados, cujos fatos geradores se inserem no rol de fatos jurídicos do imposto de renda”, diz a petição do governo do estado.

O governo sergipano pede que a União recalcule os valores das parcelas do FPE devidas desde abril de 1999.

ACO 761

Date Created

06/01/2005